

*08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 14.12.2006

Ponto 4. **CULTURA**

. 10.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA

- Programa

Ponto 5. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS - APOIO

- Campeonatos Regionais de Escalada e Multiactividades de Aventura 2007

Ponto 6. **ACÇÃO SOCIAL** – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA

- Arrendamento

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

Ponto 7. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE CASAL DOS BACELOS/PORTO GODINHO
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Ponto 8. **PLANO DE ACÇÃO PARA A REGIÃO DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARAS
QREN – 2007/2013**

- Protocolo de Colaboração

Ponto 9. **IGAT - INSPECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO**

- . Inspeção ao Município de Soure, em 2007

Ponto 10. **APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES
PATRIMONIAIS//2006**

Ponto 11. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2006**

Ponto 12. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Esteve ausente o Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, por motivo justificado.

O Senhor Presidente prestou um conjunto de informações, tendo começado por dar nota que no domínio da política de proximidade e a convite de várias Instituições, a Câmara havia estado presente em múltiplas iniciativas do Concelho:

*** CULTURA**

- No dia 15 de Abril, no 28.º Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Casal do Redinho.

- No dia 22 de Abril, no Aniversário da Associação Cultural Recreativa e Desportiva dos Simões.

*** DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- No dia 14 de Abril, no Aniversário do Núcleo de Árbitros de Futebol de Soure.

***ACÇÃO SOCIAL**

- No 11.º Aniversário da Casa do Povo de Vila Nova de Anços, na vertente IPSS. Foi uma sessão que contou com uma presença expressiva de pessoas e, acima de tudo, foi informativa... aliás, convém que prestemos todos os elementos possíveis, considerados necessários e adequados, para que a própria Instituição possa adequar a sua estratégia àquilo que são as orientações europeias e nacionais, designadamente no que toca à apresentação de Candidaturas a Programas de Apoio, que são do conhecimento público.

*** DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- No dia 24 de Abril, recebemos o Presidente e o Vice-Presidente da LACTICOOP, numa reunião de trabalho, na sequência de uma outra que, curiosamente, tínhamos tido a 9 de Outubro de 2002; vieram-mos dar nota, acompanhados do Director Executivo e de um Consultor, de que adquiriram, em final do ano 2006, a Quinta da Capa Rota, com um objectivo central que é transformar a recria existente numa recria moderna, mas, ao mesmo tempo, com uma intenção muito clara, na qual estão a trabalhar, que é a de encontrarem um parceiro que, numa parte da área adquirida, invista num Hotel Rural com alguma capacidade e que venha dar uma resposta, não apenas ao mundo da LACTICOOP, mas aberto à sociedade em geral.

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

Pretendem, também, que haja uma componente didáctica/pedagógica ligada a um eventual Centro de Ciência Viva, mas tudo isso dependerá da maior ou menor ambição do parceiro que vierem a escolher entre aqueles que têm vindo a contactar. Evidentemente que foi adiantada a disponibilidade habitual da Câmara Municipal para apoiar, estimular, mais este potencial investimento privado com relevante interesse social.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “a Câmara Municipal fez-se representar, no dia 14 de Abril, no Trial 4×4 - Terras de Sicó, prova organizada pelo Clube Tracção Total Aventuras de Soure; é uma Prova que faz parte do Campeonato Nacional de Trial e é reconhecida como uma das melhores provas a nível Nacional.

No dia 25 de Abril, estivemos presentes numa iniciativa promovida pelo Grupo Motard “Diabos de Samuel” e no aniversário do Clube Tracção Total Aventuras de Soure.

Felicitar a Câmara Municipal, em particular a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, pelas Comemorações do XXXIII Aniversário do 25 de Abril. É importante dar continuidade a estes festejos porque estão a haver “ofensivas da Extrema Direita” que são preocupantes e acho que a Câmara Municipal deverá manter estas comemorações com a dignidade que têm tido.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “no âmbito da política de proximidade, estive presente num Jantar de Confraternização e Apresentação dos novos Corpos Sociais do Centro Social do Sobral.

Sobre as Comemorações do XXXIII Aniversário do 25 de Abril, penso que todos as abraçámos com entusiasmo e, por aquilo que vamos ouvindo, penso que estamos no caminho certo ao envolver, cada vez mais, as Escolas e ao estimular as mesmas a participar e a falar aos alunos desde os níveis etários mais novos, sobre o que é, efectivamente, viver num País com liberdade de acção e de expressão. Os alunos, os pais e os professores, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, na vertente da disciplina de música, também se sentiram estimulados e é também uma forma de, em eventos concelhios, darmos visibilidade àquilo que vai acontecendo nas Escolas. Foi uma boa aposta.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “relativamente às Comemorações do XXXIII Aniversário do 25 de Abril penso que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Soure tiveram a capacidade, há uns anos

***08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

atrás, coisa que muitos outros Municípios não fizeram, de entender como é que a mensagem do 25 de Abril chegava aos mais jovens. Fizemo-lo com muito sucesso e hoje temos a consciência tranquila, e vamos continuar a tê-la, ao sermos capazes de o fazer. Fizemo-lo, dotando o nosso Orçamento com uma verba específica; penso que fica demonstrada toda a nossa dignidade e a vontade que temos em continuar a comemorar, não como um dia qualquer, mas como um dia muito especial da nossa História, é ele que nos permite estar aqui a discutir todo e qualquer assunto.

Por outro lado, ano após ano, não temos verificado quebra da qualidade no programa do 25 de Abril; temos verificado que, todos os anos, a qualidade se mantém com grupos do Concelho e de Concelhos vizinhos.

Gostaria de vos comunicar uma opinião, que me foi dada a mim e à Dra. Ana Maria Treno, pela Dra. Isabel Macedo, que é Assessora da Câmara de Oeiras, que teve a gentileza, porque foi através dela que se chegou à Dra. Iva Delgado para vir cá fazer uma excelente palestra ao Agrupamento de Escolas, de ficar para a noite e dizer no final: “isto, nós não fazemos. O que os Senhores fazem aqui é completamente novo, ainda bem que fiquei, nós não fazemos nada disto”, ou seja, pelo menos, aos alunos que passam por aqui, fica esta marca dada pelo esforço do Poder Local.

Porque podia ficar pesada só com as intervenções dos responsáveis político-partidários, houve a sensibilidade de entender e de tornar mais leve, não desvalorizando, de modo nenhum, esta Sessão, pelo contrário, valorizando-a, com a intervenção dos grupos, como temos vindo a assistir nos últimos anos. O envolvimento das famílias, dos alunos com os seus desenhos, leva a que estes, com os seus professores e as suas famílias, discutam o que foi o 25 de Abril. Penso que a nível local, estamos de cabeça levantada, passamos os ideais e a mensagem de Abril.

A nível nacional, a Escola deveria ter um papel importante na passagem do testemunho de Abril e dizer aos alunos que por lá passam, o que foi o 25 de Abril. Tenho a experiência como professora que a disciplina de Economia 11.º Ano sobre Economia Portuguesa abordava as transformações na Economia Portuguesa pós 25 de Abril. Esta parte foi retirada do programa, ou seja, nunca se fala do 25 de Abril; há um branqueamento da nossa História mais recente evitando que estes conhecimentos sejam transmitidos aos nossos alunos. Em Soure, cumprimos o nosso papel, temos a consciência tranquila. A nível nacional, os responsáveis nacionais não têm tido esta preocupação, penso mesmo que têm tido falta de vontade de que o 25 de Abril seja falado; as entrevistas que vi ontem na televisão a um conjunto de jovens, mostram a sua ignorância sobre o 25 de Abril, penso que tinham a obrigação de o saber porque não é só obrigação da Escola ou da família, é

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

o próprio indivíduo que deve ter obrigação de saber e de se documentar nas mais diversas áreas.”

O Senhor Presidente referiu que: “o 25 de Abril é uma acção autónoma no nosso Plano Plurianual de Investimentos, com dotação autónoma. Não me pronunciei muito sobre isto porque tudo o que penso sobre estas comemorações, tive a oportunidade de o dizer na Sessão solene das comemorações.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “permitia-me fazer uma nota positiva sobre a reunião que o Senhor Presidente teve relativamente à Quinta da Capa Rota.

Este é um património muito importante para todos os Sourenses mas, particularmente, para aqueles que vivem naquela zona; faz parte do nosso imaginário de crianças, do nosso roteiro de juventude e da nossa consciência social enquanto adultos e enquanto Municípes deste Concelho, por isso, foi com agrado que ouvi o Senhor Presidente referir que teve uma reunião com o Presidente, o Vice-Presidente, o Director Executivo e o Assessor desta área da LACTICOOP, no sentido de se encontrarem soluções; de se encontrar uma solução não só em termos da exploração agrícola, o que é uma nota, já de si, importante, mas também para se poder levar a efeito um Hotel Rural.

Isto, parecendo que é uma coisa simples, acresce responsabilidades à Câmara e, sobretudo, ao Senhor Presidente, que a representa porquanto, se há esta intenção, há também a obrigação de incentivar e motivar para que isto não caia em saco roto; pode ser, se as vontades se concretizarem, um espaço, uma concretização que valorizará o nosso Concelho, o nosso património e o turismo da nossa região.

Relativamente às Comemorações do XXXIII Aniversário do 25 de Abril, evidentemente que os discursos que foram proferidos, podemos ter gostado mais de uns do que de outros, gostei particularmente de um... demonstrou que a pessoa que o estava a proferir, e que detém responsabilidades concelhias de mérito, sabia do que estava a falar, aliás, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que fez um discurso que me sensibilizou porquanto abarcou um conjunto de temas que me pareceram ser apropriados à ocasião tanto mais que foi, como todos nós sabemos, uma época que não foi fácil para todos mas que devemos recordar com grande veemência porquanto o que acontecia anteriormente ao 25 de Abril era qualquer coisa que, para nós, nos tocava particularmente, que era a sombra da guerra e a falta de liberdade para dizermos aquilo que pensávamos e aquilo que queríamos fazer. Estas comemorações do 25 de Abril têm que ser encaradas, de facto, como uma

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

responsabilidade da nossa geração, poder passar às gerações mais novas, de as fazer ver que, de facto, Portugal não foi sempre aquilo que é hoje; podemos ter dado passos de gigante no desenvolvimento mas, de facto, para nós, que ainda sentimos na pele algumas das consequências do antes 25 de Abril, é uma responsabilidade acrescida fazê-la passar aos nossos filhos e aos nossos netos para que não caiamos em situações de autocracia, que é aquilo que todos nós desejamos que não volte a acontecer.

Evidentemente que gostaríamos de ter mais gente a assistir às comemorações mas aí, também, acho que a nossa responsabilidade vai ter de ser de continuar a chamar mais e mais gente. A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos dizia que temos a consciência tranquila e depois disse “em Soure”, acho que devemos ter sempre a nossa consciência intranquila porquanto, sendo este um País, devemos estar sempre preocupados para que em todo o País estas comemorações tenham a dignidade e a envolvimento da população. Evidentemente que Soure é um Concelho, relativamente a ele, tudo bem, mas devemos ter sempre a consciência de alguma intranquilidade.

É verdade que os manuais de História não valorizam, como deviam valorizar, os grandes acontecimentos nacionais, o 25 de Abril é um deles, mas isto, se calhar, é decorrente de algumas políticas que tendem a desvalorizar as Ciências Humanas e Sociais. Fala-se que a Filosofia vai sair dos Currículos obrigatórios do Secundário; isto é grave. A Filosofia é uma disciplina que nos ajuda a pensar, que nos ajuda a ter uma consciência cívica, política, moral e se se retirar isto, é qualquer coisa que pode levar a que este esquecimento progressivo das grandes datas, do 25 de Abril, possa vir a acontecer mais facilmente, já para não falar na disciplina de História, que foi desvalorizada completamente porque ao ser dado um bloco a determinada área disciplinar, evidentemente que ficou com menos horas para poder ser tratada; a valorização do Português e da Matemática é fundamental mas não se pode sobrepôr a estas disciplinas sob pena de qualquer dia não sabermos quem foram os nossos antepassados e a História explica-nos que na vida são ciclos que se sucedem e que podemos aprender com os ciclos anteriores, de modo que o 25 de Abril também nos deve despertar a consciência para esta situação na Educação que, no nosso entender, deve ser sempre presente sob pena dos nossos filhos, dos nossos netos, não saberem quem foi Salazar e depois, num concurso, votarem nele como a pessoa mais importante deste País.

A este propósito, porque também ontem foi dito muito, quero dizer que esta é uma outra vertente desta intervenção mas tinha que a dizer até porque estamos no rescaldo do 25 de Abril; preocupa-nos, também, as situações que vamos vivendo, e como dizia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, “*que a consciência social foi*

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

uma das grandes conquistas do 25 de Abril, que se está a perder e que devemos estar alertados para elas? Verificamos no nosso País, e há bem pouco tempo, ninguém põe em causa as grandes conquistas do 25 de Abril em termos de Desenvolvimento Económico, em termos de crescimento... quando se diz que antigamente é que era bom... é mentira, o meu pai comia meia sardinha porque a outra meia sardinha tinha que ser para os pais dele, se calhar é uma figura de estilo, mas é a verdade. Agora, os nossos idosos têm condições que lhes permitem ter uma vida com muito mais dignidade do que tinham há 30 anos atrás, quem viveu isto sabe perfeitamente, contudo, continuam a acontecer coisas que nos preocupam e que trago aqui à coação, porquanto, acho que temos uma obrigação política de a fazer vincular nos fóruns onde temos assento - Câmara Municipal, Associação Nacional de Municípios Portugueses -.

Verificamos que os Serviços Regionais, Locais começam a ser encerrados por questões que não são muito bem explicadas, veja-se o que está a acontecer com o Ministério da Agricultura, já para não falar na Educação, muito menos na Saúde; ontem, vinha num jornal, que até os Hospitais Militares, o de Coimbra vai fechar, dos 6 passam a existir 2 e até no Turismo se fala que vai haver uma reorganização das Regiões de Turismo, sendo que elas são emanadas das Câmaras Municipais, mas alguém vai reorganiza-las... isto leva-nos a ter uma preocupação acrescida sobre esta crescente perda de proximidade dos serviços públicos que foram uma conquista do 25 de Abril. A este propósito, vem na comunicação social que vai ser criada uma taxa pela prestação de serviços no domínio da Prevenção dos Riscos e da Protecção Civil. É verdade que até ao momento ainda não há grande planificação sobre que tipo de taxas mas, numa pequena pesquisa sobre o que está subjacente, deixa-nos preocupados porquanto vão reverter para as Autarquias uma responsabilidade que é do Estado, portanto, há uma transferência de competências em termos de Protecção Civil mas não há o respectivo acompanhamento da componente financeira destas competências. O Governo Central diz que não fazem o acompanhamento com financiamento mas que as Autarquias podem criar uma taxa para sustentar essa nova competência. O que nos preocupa é que o dinheiro que eles gastariam, não se sabe para onde é que vai e, portanto, a criação destas taxas e tudo o que está vertido na Lei n.º 53-E/2006, que é a que aprova as novas regras das Autarquias Locais, leva-nos a uma preocupação acrescida porquanto isto pode ser mais um encargo para os nossos Municípios, nas várias áreas onde podemos taxar e com a consequente perda de qualidade de vida que, no nosso entender, sobretudo a classe média já está a pagar de uma forma que todos conhecemos.

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

Voltando ao 25 de Abril, são estas questões sociais que nos preocupam; é verdade que somos a favor do utilizador/pagador mas com alguns limites, porque a qualidade de vida da nossa população é aquilo que, em primeiro lugar, importa promover.”

O Senhor Presidente referiu que: “relevo o facto do Senhor Vereador ter gostado da estrutura da intervenção e dos temas abordados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que retomou a estratégia de Lisboa... enfatizou que só é possível haver desenvolvimento se houver inclusão... devo dizer que, não obstante ter feito um discurso de natureza genérica, não deixei de abordar duas questões, quando disse que sempre que pensamos no 25 de Abril e nos seus ideais, há, essencialmente, dois desafios com os quais, cada vez mais, somos confrontados: o da melhoria da qualidade da democracia e o aprofundamento da democracia social... nesse aprofundamento da democracia social, evidentemente que está a insistência na consciência social, está também a luta pela defesa da proximidade da maioria dos serviços públicos... aliás as nossas posições aí têm sido convergentes, nomeadamente na Saúde, o que também referi no discurso comemorativo.

Não procedemos ainda à abordagem das novas taxas porque, de facto, a questão é esta: os sucessivos Governos, todos têm proclamado a defesa da descentralização mas, na prática, aquilo que têm descentralizado sempre são as chamadas pequenas competências, normalmente geradoras/potenciadoras de ódios, de animosidades locais... a descentralização que os Autarcas defendem é a de mais competências nos domínios do investimento e essa não tem acontecido... aliás, se “olharmos” desde o “início” do Poder Local Democrático, 1976, até hoje, lá está, 89 a 91% dos dinheiros públicos são geridos pela Administração Central, o restante, 9 a 11%, pelas Autarquias... Esta é uma questão estrutural, diria até que é uma maleita que tem atravessado transversalmente os partidos políticos portugueses que, normalmente, têm maiorias... relativamente ao que o Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho acabou de referir, apenas poderei adiantar que tudo aponta para que o novo modelo de Protecção Civil possa vir a assentar num co-financiamento, até aqui inexistente, a 50% que não tendo, paralela e cumulativamente, a transferência correspondente, acabará por potenciar uma ambiência legal onde se possam criar novas taxas.

Porém, há taxas que fazem todo o sentido que existam, por exemplo, a dos madeireiros que atravessam estradas municipais e que na exploração silvícola dão cabo das estradas e não pagam nada por isso... Compreendo que possa ser preocupante para as pessoas terem que, porventura amanhã, pagar mais uma taxa,

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

por muito insignificante que ela seja... a questão de fundo, essa é que é uma questão nacional, é, claramente, haver como que uma revolução tranquila que dê coragem política aos responsáveis nacionais para intervirem nas regras do fornecimento de serviços essenciais que satisfazem necessidades básicas, que devem ser satisfeitas sem apresentação provocatória de lucros que não fazem sentido no século XXI e que, ainda por cima, têm uma utilidade que está muito para além daquilo que é a renovação desses sistemas prestadores de serviços e a sua auto-sustentação... compreendo as preocupações do Senhor Vereador uma vez que, genericamente, delas não discordo.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho continuou, dizendo: “ao trazer este assunto à Câmara Municipal foi no sentido de reforçar, sempre que é necessário, o esforço que Vossa Excelência deve fazer na Associação Nacional de Municípios Portugueses para que, de facto, no futuro, esta não seja uma taxa com uma incidência tal que baixe a qualidade de vida, até porque quando se lê quais são os objectivos da Protecção Civil fico pasmo, porque diz assim “*são objectivos fundamentais da Protecção Civil, prevenir os riscos colectivos e ocorrência de acidente grave ou de catástrofe dele resultante, atenuar os riscos colectivos e limitar os seus serviços no caso das ocorrências descritas na alínea anterior, socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais e ambientais de elevado interesse público, apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afectadas por acidente grave ou catástrofe*”... pensava eu que este era um desígnio do Estado, fazer este tipo de tarefa e depois, quando vimos o tal diploma que cria as taxas, diz que o Município, para suprir estes trabalhos, pode cobrar uma taxa pela prestação de serviços no domínio da Prevenção de Riscos e da Protecção Civil, quer dizer, isto parece que “não dá a cota pela perdigota” porquanto a Câmara Municipal vai ter que instituir uma taxa para nós fazermos uma rede de sismógrafos no sentido de prevenir o eventualmente vulcão no nosso Concelho... como sabem, na Sicó há uma falha muito grande, então vamos pôr uma rede de sismógrafos e, para isso, temos que cobrar uma taxa para comprar o sistema... quer dizer, o que é importante e que era bom que cada uma das Câmaras, por si, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses fizesse ver é que o Estado não pode estar a transferir estas competências, que continua a ter, e a dizer cobrem uma taxa para a pagar e eu continuar a pagar os mesmos 30% de IRS e a pagar os mesmos 21% de IVA, sendo que uma parte desses, vou ter que pagar novamente para prestar um mesmo serviço e a minha intervenção é no sentido de nós, enquanto Eleitos Locais, fazermos ver a quem

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

está acima de nós, com capacidade de decisão, que isto é uma questão que nos preocupa, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses pode estar a fazer um bom trabalho no regulamento que irá estabelecer as taxas mas que isto é uma medida injusta, porque nós já pagamos impostos para estas questões.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “agradeço, evidentemente, a legitimação reforçada para poder continuar a veicular opiniões sobre estas matérias que, no essencial, são concordantes com o que foi referido pelo Senhor Vereador.”

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
2.1. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da Proposta de Acta de 14.12.2006

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos. ---

Ponto 4. CULTURA

**. 10.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA
- Programa**

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se de uma Proposta para a 12.ª Semana do Livro e da Cultura, que é já um evento que constitui um referencial no calendário da actividade municipal, não apenas no domínio da Cultura mas também no conjunto das actividades municipais.

Penso que este ano houve o cuidado de se distribuir, não apenas a Proposta de Programa mas também já o número de acções em concreto e os encargos subjacentes a cada uma delas para se poder confrontar o investimento previsto com aquilo que é a dotação orçamental que consta do Plano Plurianual de Investimentos que foi aprovado para 2007.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “esta Semana do Livro e da Cultura pretende envolver, de forma muito directa, a população escolar e também, a nível cultural, as diferentes Instituições concelhias, para além das

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

Escolas, IPSS's e Grupos Culturais, designadamente de Folclore e Teatro, pretendendo-se um reforço da coesão concelhia no plano cultural e educativo.

Destacava as acções ao nível do 1.º Ciclo, mais uma vez o envolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular, em acções concretas, o “*Soure em Movimento*”, relativamente à Actividade Física e Desportiva. Esperemos que o tempo o permita, porque está prevista uma actividade no Espaço Multiusos Soure 1111, durante três dias, de forma a envolver os 750 alunos do 1.º Ciclo e penso que será uma actividade extremamente interessante e que vai dar visibilidade àquilo que as crianças têm estado a fazer nesta disciplina; também ao nível da Música está prevista a acção “*Canções e Ritmos*”, no Sábado à tarde, na Praça Miguel Bombarda que, no fundo, terá duas funções, uma animação do próprio recinto da Feira do Livro e também o dar visibilidade e envolver as crianças do 1.º Ciclo, sobretudo naquilo que foram fazendo ao longo do ano, na disciplina de Música.

Há, realmente, uma aposta em actividades ao ar livre, por forma a levar mais gente à própria Feira do Livro, porque não nos podemos esquecer que o estimular para a leitura continua sempre muito presente nesta iniciativa.

Reforçava a questão de integrarmos uma acção que está integrada no Projecto “Portugal Jazz”- Festival Itinerante de Jazz, uma acção que chegou até nós através do Senhor Governador Civil e do Senhor Delegado Regional da Cultura e que vai contemplar duas acções - O Café Concerto e um Concerto Didáctico, dirigido aos alunos.

Destaco também a participação de Grupos concelhios, dois Grupos de Teatro - o Grupo de Teatro do Cercal e um Grupo de Teatro do Instituto Pedro Hispano, através de um Projecto do Instituto - e, naturalmente, a Feira à Moda Antiga que envolve, como sempre, imensas Instituições concelhias.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “tendo analisado com algum cuidado o conjunto de actividades que são propostas, direccionadas para os diferentes tipos de público, gostaria de saudar este Programa porque penso que ele é muito rico. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para uma situação. Trabalhamos muito, como é o caso e ao falharmos num aspecto podemos pôr em causa tudo aquilo em que apostamos, falada questão da divulgação. Penso que é muito importante que a divulgação seja feita de forma atempada, que chegue a casa dos Municípios para terem tempo de conhecerem o programa, não na própria semana, mas atempadamente para que possam vir e participar porque é para eles que trabalhamos.”

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “isto é uma Semana que, para nós, é muito importante, sobretudo quando há uma grande campanha de Promoção da Leitura e, por conseguinte, entendemos que actividades destas devem ser promovidas e melhoradas, se possível. Envolver toda a gente é fundamental e, portanto, nem sequer está aqui em questão o Programa, mas era uma sugestão, que penso que já fiz o ano passado, que era que pudéssemos, de alguma forma, auscultar a opinião de todos os participantes, não é que seja feita uma avaliação externa por todos, isto é, conseguimos avaliar a nossa própria autoavaliação dos eventos mas também daqueles que participam, quais são as suas expectativas, o que é que esperavam, o que podemos melhorar... acho que essa é uma questão que não tem sido trabalhada dessa forma e penso que era importante porque podemos estar a apostar em áreas que, eventualmente, poderão ser melhoradas e noutras que, eventualmente, poderão estar a ser menos valorizadas.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno respondeu, dizendo: “relativamente a essa questão que, naturalmente, é pertinente, têm havido algumas avaliações parcelares, por exemplo, o caso da Feira à Moda Antiga. Este ano foi realizada uma reunião com todos os Grupos de Folclore, que são os principais participantes, são eles que têm mais noção daquilo que é a verdadeira recriação da Feira à Moda Antiga; foi analisado aquilo que de positivo se estava a fazer e da verdadeira recriação e coisas que não se deveriam fazer; foram sugeridas algumas alterações, aspectos não muito complicados, mas que darão um retrato mais fiel da própria Feira à Moda Antiga.

Com as Escolas directamente, não há uma avaliação escrita, formal, mas são feitas reuniões com os responsáveis. Por exemplo, este ano, houve uma reunião com os Coordenadores dos Conselhos de Docentes, para além de outras acções, precisamente sobre a Semana do Livro e da Cultura, para que possam, eles próprios, apontar sugestões oriundas do próprio Corpo Docente, de acções a realizar nesta Semana para que, efectivamente, haja um envolvimento mais participado. Portanto, de alguma forma, para além da avaliação, há como que um antecipar e ouvir propostas das próprias Escolas para que as acções a desenvolver tenham por base aquilo que os próprios docentes consideram que são respostas formativas mais adequadas em relação aos nossos alunos.

Esta tem sido a postura, de diálogo constante, com os responsáveis das Escolas porque, acima de tudo, grande parte do público-alvo pertence às Escolas.”

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

O Senhor Presidente referiu que: “de facto, é indiscutível o equilíbrio da Proposta de Programa, sendo que a questão da divulgação forte e atempada também o é. Esta questão do auscultar é relevante mas isso talvez não exclua que, por exemplo, se pense num inquérito ultra-simples, em que em cada uma das acções a pessoa que vai assistir possa opinar para termos uma avaliação mais “larga”.

A minha intervenção vai no sentido de, tanto quanto possível, instituímos um inquérito ultra-simples, mas que nos permita avaliar da agradabilidade, maior ou menor, que em algumas acções as pessoas revelam.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Programa proposto, assim como as despesas dele decorrentes. -----

Ponto 5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS - APOIO

- Campeonatos Regionais de Escalada e Multiactividades de Aventura 2007

O Senhor Presidente referiu que: “penso que é um tipo de colaboração que nos deve sensibilizar e deixar satisfeitos porque também funciona, de alguma forma, como uma distinção.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno. -----

Ponto 6. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL // PROGRAMA PROHABITA

- Arrendamento

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: ACÇÃO SOCIAL

APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

HABITAÇÃO SOCIAL - PROGRAMA PROHABITA

ARRENDAMENTO DE ONZE HABITAÇÕES

Após a assinatura do Acordo de Colaboração com o INH, no âmbito da Candidatura apresentada por esta Autarquia ao abrigo do Programa PROHABITA, com vista à resolução de situações de grave carência habitacional, torna-se necessário, de imediato, desenvolver os processos com vista ao realojamento, na vertente do arrendamento, de onze agregados familiares.

**08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

Freguesias	T1	T2	T3	T4
Freguesia de Alfarelos	-	1	-	-
Freguesia de Soure	3	3	2	1
Freguesia de Vinha da Rainha	1	-	-	-

Embora o Acordo só se refira expressamente ao arrendamento de dez habitações, foi previsto, na Candidatura apresentada por este Município, o realojamento provisório, por motivos de saúde, de mais um agregado familiar que integra o grupo a ser realojado, na Zona Histórica de Soure, na vertente aquisição/reabilitação¹.

Durante o decurso deste processo, poderá justificar-se, ainda, face a alteração de alguns pressupostos, que a Autarquia proponha ao INH a substituição de alguns agregados por outros, que continuem a reunir os requisitos de elegibilidade para o Programa PROHABITA, conforme o previsto na alínea a) da cláusula sexta do Acordo de Colaboração.

PROCEDIMENTO

No que respeita ao procedimento a seguir, importa referir que, não obstante o arrendamento de bens imóveis estar sujeito ao Regime Jurídico da Realização das Despesas Públicas², o Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, que criou o Programa PROHABITA, prevê, no n.º 2 do seu artigo 14.º, um regime excepcional, dada a finalidade da locação, ao estabelecer que, sem prejuízo do disposto na alínea l) do n.º 1 do artigo 77.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a celebração do contrato de arrendamento, é precedido de consulta a, pelo menos, três entidades³.

Nada obsta, porém, como veio a admitir a nova redacção dada a esta disposição pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março⁴, que seja precedida de publicação de anúncio, de forma, como se depreende, a aumentar o universo de potenciais interessados.

O encargo previsto para a presente empreitada está previsto no Orçamento para o presente ano de 2007 pela rubrica **02.03.02.02.04** e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de **03.001.2007/78**.

CONTRATO DE ARRENDAMENTO E DE SUBARRENDAMENTO

No que respeita aos contratos de arrendamento a celebrar no âmbito da presente informação, eles estão, naturalmente, sujeitos ao Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, não obstante o Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho⁵, estabelecer determinadas regras que conformam o conteúdo dos contratos a celebrar⁶, uma vez que o sujeita às seguintes condições:

- a) Conter autorização expressa do senhorio para o subarrendamento da habitação, a efectuar em regime de renda apoiada;
- b) Os custos de manutenção das habitações, com excepção dos relativos aos seguros, poderem ser suportados pelo arrendatário;
- c) O pagamento das rendas e dos custos devidos pelo arrendatário durante a vigência do contrato de arrendamento é assegurado pelo INH mediante prestação de fiança quando este verifique que daí resultam condições contratuais mais favoráveis;
- d) Ser assegurada pelo INH a previsão, no âmbito do contrato de participação, de que os prazos e condições não prejudicam a venda do prédio ou da habitação pelo senhorio ao arrendatário.

08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 26 de Abril de 2007

No que respeita ao contrato de subarrendamento, embora ao mesmo se continue a aplicar as regras do NRAU, por força do artigo 61.º daquele diploma, o regime da renda apoiada, a que estão sujeitos os contratos a realizar entre o Município e os agregados a realojar, continua a ser regulamentado pelo disposto nos artigos 77.º e segs. do Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro (RAU).

Ora, como refere o n.º 1 do artigo 82.º do RAU “no regime de renda apoiada, o montante das rendas é subsidiado, vigorando, ainda, regras específicas quanto à sua determinação e actualização”. Estas regras específicas encontram-se vertidas no Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio.

O regime da renda apoiada baseia-se na existência de um preço técnico, determinado objectivamente, tendo em conta o valor real do fogo⁷ (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio), e de uma taxa de esforço determinada em função do rendimento do agregado familiar (artigo 5.º do citado diploma). É da determinação da taxa de esforço que resulta o valor da renda apoiada. Estabelecem-se, assim, os mecanismos de determinação do valor locativo do fogo - o preço técnico -, bem como do montante que o arrendatário pode efectivamente suportar - a renda apoiada⁸ -.

No que respeita à actualização (artigo 8.º do citado diploma), o preço técnico actualiza-se anual e automaticamente pela aplicação do coeficiente de actualização das rendas condicionadas. Por sua vez, a renda é também actualizada anual e automaticamente em função da variação de rendimento mensal corrigido do agregado familiar e pode no entanto ser reajustada a todo o tempo sempre que exista uma alteração daquele rendimento decorrente de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.

Foi, deste modo, elaborado um pequeno documento, que servirá de base à consulta pública para a realização de onze contratos de arrendamento, de prazo certo, por 5 anos, no regime de renda livre, com vista ao seu subarrendamento, no regime de renda apoiada.

Por fim, importa referir que, não obstante o previsto no Acordo de Colaboração, face ao Regime Jurídico do PROHABITA⁹, o arrendamento de habitações destinadas a subarrendamento pode ser financiado sob a forma de comparticipação a fundo perdido, podendo atingir o máximo de 12 anos¹⁰, até 60%¹¹ do valor da renda paga pela entidade beneficiária quando se trate de arrendamento de habitações devolutas, sendo consideradas como tais aquelas cuja construção estava concluída ou em curso em 31 de Dezembro de 2003¹². Cabe, todavia, ao INH, conforme dispõe a Cláusula Quarta daquele Acordo, avaliar a oportunidade da respectiva concessão em função das suas disponibilidades financeiras e orçamentais.

CONCLUSÃO

Face ao atrás exposto, sugerimos que a Câmara Municipal:

1. Determine a abertura de consulta pública, com vista ao arrendamento de onze habitações, no âmbito do Contrato de Colaboração outorgado com o INH, tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho e da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Outubro;
2. Aprovação dos documentos em anexo.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
24.04.2007

08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 26 de Abril de 2007

¹ O valor da comparticipação do INH para o arrendamento será deduzido ao valor da comparticipação prevista para a aquisição/reabilitação.

² Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

³ Estabelecendo também que os contratos são excepcionados do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

⁴ As presentes alterações ao Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, aplicam-se a todas as Candidaturas a Acordos de Colaboração apresentadas no âmbito do PROHABITA que ainda não tenham sido objecto de aprovação nos termos daquele diploma, sem prejuízo de, através de aditamento, poderem ser aplicadas a Acordos de Colaboração já aprovados ou celebrados, mediante parecer favorável do INH e aprovação do membro do Governo responsável pela área da habitação.

⁵ Não só permite o arrendamento de prédios, mas também de fracções autónomas de prédios urbanos destinados a habitação - alínea f) do n.º 1 do artigo 12.º.

⁶ N.º 1 do referido artigo 14.º.

⁷ O preço técnico é calculado nos termos em que o é a renda condicionada, cujo regime foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 329A/2000, de 22 de Dezembro.

⁸ O valor da renda não pode exceder o valor do preço técnico nem ser inferior a 1% do salário Mínimo Nacional.

⁹ N.º 2 do artigo 15.º e alínea e), do n.º 1 do artigo 16.º.

¹⁰ Mais 7 anos do que os cinco previstos no Acordo de Colaboração.

¹¹ O previsto no Acordo de Colaboração é 40%.

¹² Com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2007, de 12 de Março, o Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho, passou a definir “Habitações Devolutas” as habitações desocupadas cuja construção estivesse concluída em 18 de Novembro de 1990 ou, no caso de habitações de custos controlados, que estivesse concluída ou em curso em 31 de Dezembro de 2003 - alínea j) do n.º 1 do artigo 3.º.

O Senhor Presidente referiu que: “esta é uma proposta muito concreta e tem a ver com o desenvolvimento sequencial de tudo o que está subjacente à Candidatura aprovada no âmbito do Programa PROHABITA.

Foi definido um Programa Habitacional para procurar dar solução, num período que está concretizado no Acordo de Colaboração e, agora, é preciso agir em conformidade e aquilo que nos é proposto, em concreto, é que aproveemos a abertura de consulta pública, tendo em vista o arrendamento de 11 habitações, no âmbito do contrato de colaboração outorgado com o Instituto Nacional de Habitação.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “há um ponto que me parece extremamente importante, que é uma situação dum agregado familiar que está sinalizado para a aquisição e reabilitação, mas, simultaneamente, até termos a casa reabilitada, vai, por motivos de saúde de um dos seus elementos, ao arrendamento. Portanto, é uma situação especial, que mostra a nossa sensibilidade social e isto é muito importante porque faz parte da nossa forma de trabalhar e há pouco, quando estávamos a abordar as questões sociais e a sensibilidade que temos para elas, este é um dos exemplos que podemos aqui apresentar.

Paralelamente a isto, gostava de informar que os nossos próprios serviços estão a acompanhar, fazendo um levantamento de casas que existem no mercado, quer na Vila de Soure, quer fora de Soure.

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

Estou a dar conhecimento de toda uma acção que vai ser implementada, mas que ainda é do desconhecimento dos próprios interessados. Só na próxima semana é que iremos conversar com essas famílias, dizer-lhes que irão ter direito ao arrendamento, o que vai aliviar a pressão económica e os encargos que têm. Para além disto, há um acompanhamento permanente da própria família, pelos nossos técnicos da Acção Social, porque não é só a questão da casa, é também a questão da própria organização. Estamos a fazer isto passo após passo e pensamos que vamos continuar a ter a paz social que nos caracteriza, porque estamos a resolver, com consciência, uma questão de extrema importância.”

O Senhor Presidente continuou, dizendo: “só uma pequena nota complementar... a Câmara Municipal, no seu relacionamento com o mercado, agora para o arrendamento, “amanhã” para a aquisição, tem que ter uma postura diligente e responsável e, ao mesmo tempo, muito discreta porque, de outra forma, poderemos estar a contribuir para o inflacionar do mercado e, como sabem, o INH tem os seus limites, o que significa que a parcela remanescente da Câmara, a manter-se a caracterização social, pode, naturalmente, “disparar”.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura de consulta pública, com vista ao arrendamento de onze habitações, no âmbito do Contrato de Colaboração outorgado com o INH, com base na informação técnica/jurídica. -----

Ponto 7. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

**. CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE CASAL DOS BACELOS/PORTO GODINHO
- Homologação do Auto de Recepção Provisória**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE - REDE DE ESGOTOS
CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE CASAL DOS BACELOS/PORTO GODINHO
RECEPÇÃO PROVISÓRIA - HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **06.12.2004**, à empresa **Construções Vieira Mendes, Lda**, pelo valor de 190.363,09 €, acrescido de Iva, tendo atingido o valor de 197.343,31 €, devido a revisão de preços.

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 217.º a 219.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março.

Deverá também proceder-se à abertura do inquérito administrativo nos termos dos artigos 224.º e segs. do mesmo diploma.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
13.04.2007

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor e duas (2) abstenções, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

**Ponto 8. PLANO DE ACÇÃO PARA A REGIÃO DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARAS
QREN – 2007/2013
- Protocolo de Colaboração**

O Senhor Presidente propôs a aprovação da proposta de Protocolo de Colaboração.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Protocolo de Colaboração. -----

**Ponto 9. IGAT - INSPECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
. Inspeção ao Município de Soure, em 2007**

O Senhor Presidente referiu que: “formalmente, a Associação Nacional de Municípios Portugueses confirmou-nos que no grupo de Municípios que terão inspeção ordinária em 2007, consta o Município de Soure.”

Foi tomado conhecimento. -----

Os trabalhos foram interrompidos por cinco minutos.

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

Ponto 10. APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS//2006

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, o Inventário é uma descrição dos Direitos, Bens e Obrigações de uma qualquer Instituição.

A legislação aplicável determina que devemos sempre apreciar e votar o Inventário, designadamente os Bens Móveis e Imóveis Municipais, porque as Obrigações integram o Relatório de Gestão que faz parte dos Documentos de Prestação de Contas.

Quanto ao Inventário importa lembrar, mais uma vez, que temos alertado, nos exercícios anteriores, que a partir de 1 de Janeiro de 2002, com a implementação do novo Plano Oficial de Contas - POCAL, passou-se a fazer uma relevação das operações também no Plano Patrimonial, relevação essa que até aí não existia com o anterior Plano Oficial de Contas, o que significa que todas as variações ocorridas no imobilizado, de Janeiro de 2002 para a frente, estão naturalmente relevadas patrimonialmente.

No que toca ao Património Municipal anterior a 1 de Janeiro de 2002, continua a decorrer o processo de recuperação, apesar de tudo, complexo e moroso. Nós temos, assim, que apreciar um Inventário de Bens Móveis e Imóveis Municipais e a sua fundamentação, em termos de critérios de valorimetria, que são os que decorrem da ambiência legal aplicável.

Quanto à situação evolutiva do processo de Inventariação Directa de Bens Imóveis e Infra-estruturas, evidentemente que se vê a evolução verificada de 31.12.2005 a 31.12.2006.

Quanto à Inventariação dos Bens Móveis valorizados e inseridos no sistema patrimonial, já a partir de 2002, isto não tem, propriamente, discussão política porque é aquilo que sustenta o Balanço, em termos de activo. Referir que ainda há, no que diz respeito ao imobilizado anterior a 31.12.2001, um largo caminho a percorrer porque temos que pôr gente no terreno a fazê-lo, portanto, o nosso activo está ainda muito subavaliado.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Inventário apresentada. -----

Ponto 11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS//2006

O Senhor Presidente referiu: “nos termos da legislação em vigor, falar de Documentos de Prestação de Contas de um qualquer exercício económico, de uma qualquer Câmara Municipal, significa falarmos do Balanço, da Demonstração de

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

Resultados, dos Mapas de Execução Orçamental, do Relatório de Gestão... Importa referir que quanto ao Relatório de Gestão a lei não diz bem o que é mas temos considerado que o Relatório de Gestão deva integrar uma descrição exaustiva da Actividade Municipal desenvolvida durante o ano em causa, acompanhada dos Mapas de Execução das Grandes Opções do Plano e de Anexos que evidenciem a evolução verificada nas rubricas relativamente às quais há limites legais, quer a utilização da capacidade do endividamento, quer as despesas com o pessoal.

Assim sendo, a apresentação da proposta deste ano assenta numa estrutura exactamente igual à dos anos anteriores, e sobre cada um dos Documentos de Prestação de Contas importará, do nosso ponto de vista, referir o seguinte:

Balanço - o Balanço é uma fotografia do valor do património num determinado momento, tem de um lado o Activo onde estão os Bens e os Direitos; no lado do Passivo estão as Obrigações, isto é, as Dívidas à Banca e a Outros Credores que não a Banca.

O Activo, conforme decorre do Inventário que aprovámos, ainda está subavaliado porque o imobilizado está ainda longe de estar todo inventariado.

De qualquer forma, neste momento, a diferença entre o Activo e o Passivo evoluiu para cerca de $\approx 28.000.000,00$ euros, concretamente no Balanço, nos Fundos Próprios, o somatório está em 28.048.762,74 euros. Portanto, na prática, o valor do património evoluiu de $\approx 26.834.005,91$ euros para 28.048.762,74 euros.

Continuamos a considerar que é importante que se refira que a nossa situação líquida, apesar de cada vez mais sólida em termos activos, sê-lo-á ainda mais à medida que for evoluindo o processo de inventariação do imobilizado.

Demonstração de Resultados - uma Câmara não tem, nem pode ter como objectivo o lucro; o que a Câmara pretende é poder evidenciar uma gestão, tanto quanto possível, que revele capacidade para libertar meios para desenvolver investimento público que é naturalmente indispensável para a promoção do desenvolvimento. Este ano voltámos a ter, pelo quinto ano consecutivo, isto é, desde que implementámos o POCAL e que a relevação passou a ter esta lógica, um resultado líquido do exercício positivo, concretamente de 1.380.095,71 euros.

Depois, há um outro tipo de despesa pública que temos feito todos os anos, na qual temos o maior orgulho e que é, aliás, uma estratégia municipal assumida, mas que prejudica sempre o resultado. Quando falamos em descentralização de transferências de capital para as Juntas de Freguesia, para as Associações Culturais, Desportivas, de Acção Social, de Protecção Civil... a verdade é que este investimento público indirecto, estas transferências de capital para apoio ao

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

investimento são consideradas contabilisticamente como custos extraordinários do exercício e, portanto, há uma relação perversa entre a política assente na descentralização, a marca descentralizadora e o resultado do exercício. Curiosamente, no plano contabilístico, quanto maior for a descentralização maiores são os custos extraordinários do exercício e menor é o resultado. Importará não perder de vista que, não obstante estes condicionalismos, cerca de 1.000.000,00 euros de transferências de capital para apoio ao investimento, mesmo assim tivemos um resultado significativamente positivo.

Quadro Resumo de Execução Orçamental - este quadro evidencia claramente qual foi a receita arrecadada comparativamente com a receita prevista, qual foi a despesa realizada perante a despesa prevista. Se fizermos o quociente entre o total de receita arrecada e a prevista temos um nível de execução orçamental de 72,9%... é um muito razoável resultado em termos de execução orçamental. E é um resultado tanto mais significativo quanto, mais uma vez, nós tínhamos previsto uma receita para Venda de Bens de Investimento de 19,87%, o que faz com que, à partida, soubéssemos que este é um Grau de Execução não em 100%, mas em $\approx 80\%$... portanto, na prática, estamos a falar de um Grau de Execução de 72,9%, não em 100% mas em 80%, o que se fizermos a extrapolação, dá qualquer coisa como um Grau de Execução de $\approx 90\%$.

Importa, também, referir que voltámos a evidenciar auto-sustentação orçamental.

Quanto à marca descentralizadora, constata-se o seguinte: este ano a marca descentralizadora foi de $\approx 965.000,00$ euros, em transferências de capital, sendo que o peso desses 965.000,00 euros, no total das despesas de capital, é de cerca de 20%.

Relatório de Gestão - temos um relatório de gestão que faz a descrição exaustiva de tudo aquilo que são as acções, os investimentos desenvolvidos durante o ano de 2006, nas diferentes áreas que são atribuições.

Quanto ao grau de execução verifica-se um grau de 98,25%, sendo que, mais uma vez, não há diferença relevante entre a repartição inicialmente prevista para o investimento público e a repartição final: Educação - 6,27%/6,27%; Cultura - 4,26%/3,61%; Desporto - 6,87%/7,05%; Acção Social - 2,42%/1,72%; Saúde - 1,62%/1,21%; Habitação, Urbanização e Urbanismo - 19,28%/24,53%; Saneamento e Salubridade - 22,07%/20,48%; Protecção Civil - 2,23%/1,46%; Abastecimento Público de Água - 6,07%/6,16%; Turismo, Mercados e Feiras/Actividade Económica - 4,89%/6,37%; Comunicações e Transportes - 22,42%/19,94%; Defesa do Meio Ambiente - 1,60%/1,20%.

Também tem sido hábito abordar a questão da evolução do Endividamento e a questão das Despesas com o Pessoal.

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

Como sabem, a utilização da capacidade do endividamento, em 2006, era avaliada através de uma circular trimestral da Direcção Geral do Orçamento, que tem um formulário próprio, em que determinava, Município a Município, o limite máximo da capacidade de endividamento líquido, que em 2006 era de 12.753.000,00 euros e, no nosso caso, ela situou-se em 12.571.000,00 euros.

Depois têm um mapa que evidencia a Dívida à Banca, empréstimo a empréstimo.

Evolução das Despesas com Pessoal - como já tenho dito em outras reuniões, há agora um forma “cega” de avaliar a evolução das despesas com pessoal. Trimestralmente, temos que enviar, para a Direcção Geral das Autarquias Locais, um mapa que tem as despesas com o pessoal em cada trimestre; consideram ainda despesas com pessoal, a aquisição de serviços com pessoas singulares... no nosso caso, temos 2005/2006 e verifica-se que houve um agravamento de 313.000,00 euros, mas depois temos, no mesmo quadro, os chamados aumentos justificados, por exemplo, o aumento resultante da actualização dos vencimentos dos Funcionários Públicos, o aumento resultante da Delegação de Competências da Administração Central e o aumento resultante de disposições legais. O que quero dizer é que o somatório dos chamados aumentos justificados é, claramente, superior àquilo que foi o aumento de custos com o pessoal e, por isso, nós estamos numa situação em que não tivemos aumentos injustificados, pelo contrário, tivemos poupança.

Se aplicássemos aquilo que era a legislação aplicável em termos de limites legais às despesas com o pessoal, verifica-se que teríamos voltado a melhorar... aliás, o pessoal dos quadros aumentou, de 2005 a 2006, 112.000,00 euros e o pessoal com contrato a termo, diminuiu 21.799,25 euros, ou seja, em termos de pessoal dos quadros e pessoal com contrato, há um aumento de despesa de 91.000,00 euros. Só para ficarem com uma ideia, nos chamados aumentos justificados, só o aumento de vencimentos mais o aumento de encargos patronais, com a passagem de 11% para 13% das contribuições a cargo do Município (*vide* passagem da Caixa Geral de Aposentações para a Segurança Social), só aí tivemos cerca de 90.000,00 euros, isto é, em bom rigor, o aumento de despesas com pessoal está inteiramente explicado pelo aumento de vencimentos e o aumento de encargos patronais. Esta é que é a realidade, porque, por exemplo, o aumento resultante das disposições legais, inclui os tais aumentos de 2% de encargos patronais, que são 24.058,00 euros; inclui pagamentos à ADSE e pagámos a mais 81.605,08 euros e depois tivemos, ainda, das chamadas despesas de final de mandato, com Parecer da CCDRC justificador, 97.000,00 euros... Aliás, durante o ano de 2006, objectivamente, na Câmara Municipal houve a seguinte mobilidade de pessoal: saíram da Câmara 8 pessoas, 6

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

aposentadas e 2 com rescisão de contrato; entraram na Câmara 2 pessoas, sendo que, para além disto, em termos absolutos, houve 6 pessoas de pessoal contratado que passaram para pessoal do quadro e isso explica porque é que no pessoal com contrato a termo certo houve uma diminuição e no pessoal do quadro um aumento. Ou seja, naquela ideia que não é regra ainda para nós, que para cada 2 Funcionários Públicos que saem só pode entrar 1, nós aqui “conseguimos” com 8/2...

Aplicação do Resultado do Exercício - a proposta que fazemos é a habitual: que 95% do seu valor vá para reforço do património e 5% para constituição da reserva legal.

As considerações finais, no fundo, já as fiz, fui procurando explicar caso a caso. Dizer-vos apenas que há uma série de matérias em que poderia pegar em algumas áreas da descrição de actividades para explicar que apostas mantivemos, que novas apostas fizemos, mas tenho um hábito, que é defender sempre que o desenvolvimento, a melhoria do bem-estar colectivo resulta desse conjunto integrado de acções e tenho procurado fugir a evidenciar esta ou aquela acção, por mais que tenha o maior orgulho em qualquer uma delas e por mais que esta tenha maior ou menor expressão económica que a outra.

Em 2005, tínhamos chegado à conclusão, porventura, que havia que conter algum trabalho extraordinário, ainda que ele, em 2005, tenha atingido os 275.664,61 euros, se tenha repartido por cento e sessenta e tal funcionários, oriundos de 11 áreas orgânicas diferentes, o que dá uma média mensal de 22.972,00 euros. Em 2006, ele é oriundo de 10 áreas orgânicas, diminuiu 16% - 43.850,00 euros -, e passou para uma média mensal de 19.307,00 euros. O que estamos é a procurar uma organização, porventura, mais produtiva, mais eficiente e também passou a haver uma resposta técnica que até aqui não havia e a haver situações em que admito que possa haver um melhor aproveitamento...

Posso dizer que em 2007, até final de Abril, levamos 48.900,00 euros, o que dá 12.000,00 euros/mês, o que apontará para um valor anual inferior a 150.000,00 euros e o que significará uma baixa - nova baixa nos 231.000,00 euros -... isto é, normalmente, uma matéria que suscita sempre um conjunto de dados... esta é a realidade objectiva.

Em termos de repartição do trabalho extraordinário por áreas, dizer-vos que em 2006, 7% teve a ver com Serviços de Apoio à Assembleia e Câmara Municipal, 19% - Secretaria e Tesouraria, 2% - Educação, Cultura e Desporto, 1% - Acção Social e Saúde, 13% - Serviços ligados à Habitação e Urbanismo, 3,5% - Saneamento e Salubridade, 12% - Abastecimento Público de Água e tudo o que tem a ver com controle de águas, 36% - Rede Viária e Sinalização, 1% - Protecção Civil e Defesa

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

do Meio Ambiente; 3% - Oficinas e Armazéns. Devo dizer-vos que isto não é nenhuma obrigação legal, mas temos que ter novas soluções para novos problemas, novos desafios e a dotação com meios técnicos permitem-me estar a fazer, como instrumento de gestão, um acompanhamento rigoroso, para se procurar saber exactamente quais são os sectores cuja eficiência pode e deve ser melhorada... não é parar, porque aqui não acontece como noutras Câmaras, em que há muita contenção com despesas de pessoal e toca a despedir... bom... não devemos despedir por despedir... despedir por despedir sem nada se notar é porque cá não estavam a fazer nada.

Quero ainda acrescentar que o mapa de avançados é o mesmo e que implementámos alguns cortes significativos. Dizer-vos que no chamado Gabinete de Apoio aos Políticos, a situação é a de sempre e é a que consta dos mapas. O Presidente de Câmara tem direito a um Chefe de Gabinete, um Adjunto e um Secretário, só tem um Chefe de Gabinete; os Senhores Vereadores em Regime de Permanência têm direito a um Secretário cada um, apenas um deles tem um Secretário nomeado, é o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, as Senhoras Vereadoras, ainda nenhuma delas utilizou essa faculdade legal...”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “este é um documento muito complexo, por isso fiz um trabalho um pouco diferente na análise destes documentos, no entanto, algumas considerações vão parecer soltas mas, para mim, tem lógica referi-las.

Em relação ao Mapa de Execução Orçamental, as receitas correntes continuam a financiar as despesas correntes e tendo em conta que parte das mesmas já têm um carácter de despesas de capital, continuam a suportar e a financiar as despesas correntes ainda libertando verbas. Aquilo que nós verificamos é que continuamos a ter, embora numa percentagem menor de cobertura mas existe um valor das receitas correntes superior às despesas correntes financiando despesas de capital, o que é extremamente saudável na vida financeira de uma Autarquia.

Em relação às despesas com pessoal, efectivamente, todos os mapas são muito esclarecedores e muito claros e gostaria de referir duas questões, uma delas referente às horas extraordinárias. Todos nós concordaremos que todo e qualquer trabalhador que faça um horário superior àquele que está referido no seu contrato, faz trabalho extraordinário logo receberá essas horas. Não é isso que está em causa, em muitas áreas até, penso que será muito difícil desaparecerem as horas extraordinárias, podem é ser reduzidas, mas elas irão existir. O que eu defendo, como defenderemos todos, é que tem que haver rigor, contenção no valor destas

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

horas extraordinárias. O próprio Governo Central obriga-nos a isto porque cada vez temos menos verba, menos receitas para podermos investir no bem-estar das populações, logicamente se não conseguimos descobrir novas receitas, só temos um caminho, é conter as nossas despesas. Isto também não tem muito por onde se lhe pegue e o que nós verificamos é que de 2005 para 2006 há, efectivamente, um decréscimo deste valor. É valor liberto, é liquidez, é valor que vai ser gasto noutras áreas.

O esforço que o Senhor Presidente acabou de dizer, e os dados que já tem para 2007, apontam nesse sentido e não me parece que, neste momento, se esteja a dar pior resposta àquilo que se estava a dar. Estamos, provavelmente, a fazer uma melhor gestão dos recursos humanos nalgumas áreas, portanto, penso que é saudável este aspecto.

Também em relação às despesas com pessoal gostaria de dizer que a ideia que muitas vezes se pode ter é que conter é não contratar. Bom, não se deve contratar quem não se precisa, mas continuo a verificar, e defendo isto claramente, que a Câmara tem que ter um levantamento rigoroso dos quadros que tem para os desafios a que tem que dar resposta, saber se tem ou não técnicos em áreas fundamentais, e nós hoje conseguimos e sabemos que existe um conjunto de áreas que precisam de trabalhadores porque os que existem não são suficientes para dar cobertura às mesmas. Estivemos numa reunião sobre o DIQUAL e, por exemplo, as áreas indicadas foram Arquivo, Informática e Fiscalização, como áreas com défice em técnicos. O espaço da nova Feira vai exigir fiscais nessa área porque só assim é que conseguimos ter uma Feira que funcione dentro da lei e de uma forma capaz, portanto, quando falo nas despesas com pessoal, aquilo que também considero é que ainda temos áreas em que temos necessidade de contratar pessoas para dar uma resposta cada vez melhor para os Municípios, porque é para eles que trabalhamos.

Sobre o valor do IMI. Hoje, os números são esclarecedores, nós, contrariamente à maioria dos Municípios que nos rodeiam, que aprovaram os valores máximos das Taxas do IMI, baixámos um ponto percentual e já num contexto, numa conjuntura de crise, em que já tínhamos conhecimento de que havia redução das transferências do Estado para as Autarquias, e a redução das receitas; tomámos esta medida, que era uma medida social extremamente importante e o que verificámos é que no caso do IMI, em 2005 tivemos uma receita de cerca de 550.000,00 euros, em 2006 cerca de 640.000,00 euros, ou seja, não indo ao valor máximo da taxa do IMI, reduzindo um ponto percentual, o que verificámos é que aumentámos o valor da receita de IMI.

*08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007*

Na questão do IMT, penso que o valor do decréscimo não é da responsabilidade da Autarquia, mas sim da conjuntura nacional. Portanto, o valor do decréscimo do IMT tem a ver com a situação de contenção em que as famílias hoje vivem, e que está relacionado com a questão de aquisição de prédios ou de outros bens.

Faria também uma análise no Relatório de Gestão, porque penso que é extremamente importante esse conjunto de investimentos apresentados.

A actuação da Autarquia é, efectivamente, global, não podemos destacar mais um sector de intervenção ou outro, ela está espelhada em todas as áreas. Lembro o investimento da Carta Educativa que foi feita com todo o mérito, com os meios da própria Autarquia.

Gostava de referir a questão do aparecimento de novas áreas, como seja a Habitação Social, que não está dissociável da Acção Social. Nós vamos buscar informação à Acção Social para a Habitação Social e quando esta equipa actua na área da Habitação Social, verifica que tem que ir ao pormenor, de analisar a situação social das famílias e aí está já a entrar na área de Acção Social novamente.

Gostava também de referir a situação do Bairro Pré-Fabricado, onde estamos a ter uma intervenção muito equilibrada. Era fácil falar nele quando as casas todas lá estavam, penso que voltará a ser fácil falar nele quando passarmos a ter um terreno com um valor muito considerável, dentro da Vila de Soure e, acima de tudo, é ter desaparecido uma situação que ali existia de famílias que viviam numa situação degradada. Demolimos onze casas pré-fabricadas, com acompanhamento de toda a situação destas famílias e já aprovámos mais duas este ano.

Depois passava para o aparecimento do Gabinete Técnico Florestal. O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios representa uma mais valia para os Serviços Municipais de Protecção Civil. Na última reunião falou-se tanto da água, é muito importante falarmos no Dia da Água, mas se viermos aqui a este documento, poderemos analisar todas as intervenções que são feitas sobre este bem essencial, um bem social, que é a Água e a política de gestão que tem havido. Nós hoje assistimos ao debate da privatização ou não deste recurso, e aqui as opiniões são muito diversas, é bom ter argumentos para as sustentar. Nós verificamos que a Autarquia continua a fazer um forte investimento na Conservação/Reparação, na Remodelação, no Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano e Águas Residuais, que é fundamental. Aliás, isto foi objecto de análise no diagnóstico do DIQUAL e foi referenciado na sua apresentação.

Sobre Turismo, gostava de realçar, não só o aparecimento de mais uma Feira ao Sábado, que tem apresentado sustentabilidade, e já é uma referência para os nossos Municípios, mas também, principalmente, dos produtores que vão lá vender os seus

***08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

produtos; a reedição da FATAACIS, por tudo aquilo que ela representa e pelo sucesso que ela teve.

Nos Serviços Municipais está-se a realizar um grande investimento nos Recursos Humanos e na Formação, que considero estratégicas, que é o DIQUAL e o SIG.

O SIG vai terminar em Maio, mas já aprovámos investimento para a Cartografia, porque uma coisa é complementar à outra, é uma ferramenta importantíssima para pôr este saber ao serviço dos Municípios e da Autarquia; dar uma resposta cada vez melhor e mais eficaz.

A formação do DIQUAL é muito importante, neste momento está a decorrer uma formação de duas horas a todos os trabalhadores da Câmara para que sejam envolvidos, não só os 23 que estão em formação permanentemente, mas todos os outros.

Senhor Presidente, se isto tudo é verdade, e está aqui escrito, deixo aquilo que ficou por fazer para o fim. Seleccionei um investimento, uma área que estava no Plano Plurianual de Investimentos de 2006 e que não foi concluído. Considero-o de extrema importância, penso que, para exigirmos dos nossos funcionários, temos que os dotar das melhores condições para o exercício das suas funções, porque só assim é que podemos exigir deles, e falo da questão da construção dos refeitórios, vestiários e wc's. Este é o investimento que não pode ser mais adiado, na minha perspectiva, e isto também foi referenciado no diagnóstico, porque fazendo este investimento, contornamos outras questões que poderão aparecer. Estando aprovado no Plano Plurianual de Investimentos, seria óptimo que daqui a um ano, quando estivéssemos a analisar este mesmo documento, já pudéssemos dizer que este foi um investimento concluído e que estamos a dar a melhor resposta para os nossos funcionários.”

O Senhor Presidente referiu que: “todos sabem que o investimento em oficinas, armazéns e refeitório, tem vindo a ser feito com a “prata da casa” e, neste momento se lá formos, podemos constatar que está já muito trabalho desenvolvido sob a forma de despesa corrente... agora, aquilo que se constatou aquando do terminus desta primeira fase do DIQUAL, em que a certa altura há também um calendário para a certificação de serviços e chegámos à conclusão que também por isso, porventura no que falta fazer, poderemos ter que recorrer à figura de abertura de concurso para fazer coincidir temporalmente essa melhoria com a certificação dos serviços, que é um dos nossos objectivos, isto é, poderemos ter que acelerar o ritmo de execução... a estratégia aqui estava a ser, sacrificando despesas de capital, irmos fazendo por despesas correntes. Concordo que a meta temporal e o

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

objectivo que temos de certificação, para além do cuidado que nos merecem todos os trabalhadores, nos deverão obrigar, porventura, a adoptar uma solução mais rápida na realização deste investimento.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “já foram aqui referidos diferentes números, comparadas análises e eu gostaria de registar, acima de tudo, um número, - 98,25% -, este é o Grau de Execução relativamente às Grandes Opções do Plano para 2006. Penso que é um excelente Grau de Execução, significa que apostámos num Plano de Acção realista, exequível e, acima de tudo, um Plano de Acção que nunca perdeu de vista a procura de soluções para problemas manifestados nas 12 Freguesias do Concelho, e essa é a marca descentralizadora de sempre e que tem sido, efectivamente, uma aposta desta equipa, liderada pelo Dr. João Gouveia.

Essa marca é visível em qualquer das áreas previstas no Plano. Gostaria de dar apenas um ou dois exemplos. Naturalmente, gostaria de referenciar a área da Educação. Penso que em 2006 se deu continuidade à aposta gradual nesta área, não só na requalificação de equipamentos escolares, mas também na implementação de serviços e programas que contribuem para a formação pessoal e para o enriquecimento pessoal e social das nossas crianças e jovens. Penso que a requalificação dos equipamentos é fundamental, mas tudo aquilo que fazemos para o enriquecimento pessoal dos nossos jovens também.

Para além da área da Educação, referiria também a área da Cultura, uma área muitas vezes transversal, ou quase sempre, à área da Educação. Também nesta área notamos sempre uma marca descentralizadora, estimuladora de dinâmicas em todas as Freguesias, penso que isso é importante porque também contribui para o bem-estar das pessoas, contribui para aquilo que o Senhor Presidente ontem, na Assembleia Municipal Comemorativa do 25 de Abril, referia como o estado de alma. Acho que toda a dinâmica cultural que se vive a nível concelhio contribui para que haja um bom estado de alma no nosso Concelho e isso é fundamental, sobretudo, quando vivemos também, naturalmente, no nosso Concelho numa sociedade plena de situações, para todos nós, stressantes.

Na área da Acção Social, gostaria de destacar o papel fundamental e a atenção especial na área da Habitação Social. Estamos realmente a fazer tudo com grande consciência social e com uma grande preocupação ao nível de uma verdadeira inclusão social, analisando caso a caso, não descurando, não vendo as coisas só de uma forma genérica, porque só se chega a bom termo quando olhamos efectivamente para as pessoas, isso é que é ter consciência social. Aquilo que se está

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

a fazer, neste âmbito, é de salientar e temos a certeza que o futuro vai ser também promissor a esse nível e concordo plenamente com a questão do bairro social, foi um bom início e vai ter, com certeza, um bom fim, em verdadeira paz social, isso é revelador da atenção individual que se está a ter para cada caso.

Daqui, podemos partir tranquilos para o futuro e, já agora, a nível da Educação, será um futuro promissor se conseguirmos realmente fazer os investimentos que temos previstos na Carta Educativa; poderemos estar num Concelho que pode atrair novas famílias, com uma Educação de qualidade.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “a nossa análise é substanciada na análise política, tendo por base as Grandes Opções do Plano que foram apreciadas nesta Câmara o ano passado, portanto, entendemos que esta análise, mais política do que técnica, também se sustenta nalgumas debilidades que nós reconhecemos possuir. Como vossa excelência facilmente reconhecerá, estamos em clara desvantagem, não temos nenhum economista do nosso lado para fazer uma análise técnica desta questão, vossa excelência é economista, está na base do documento e, portanto, conhece os pormenores e tudo o que lhe está subjacente. Para mais, o ano passado, reforçou a equipa, indo buscar a Senhora Vereadora da CDU, com mais uma economista e, por conseguinte, entendemos que, partimos para esta análise com alguma desvantagem que não nos inibe de tecer alguns comentários sobre este Relatório de Contas.

É verdade que quando comparamos os dois documentos, o deste ano e o do ano passado, verificamos que existem, e estou a concertar números porque em 2007 existe, de facto, um aumento das despesas correntes em cerca de 600.000,00 euros e que existe uma diminuição das receitas correntes. Isto, no nosso entender, é uma situação que deve ser corrigida porquanto entendemos que este aumento crescente das despesas correntes poderá levar para caminhos mais tortuosos, por outro lado, se analisarmos as despesas de capital, verificamos que em relação a 2005 há uma clara diminuição no investimento feito nas despesas de capital, estamos a falar de 4.861.000,00 euros em 2006, em 2005 foi cerca de 6.240.000,00 euros, e aqui também houve um decréscimo nas receitas de capital. Esta é uma análise que qualquer leigo, como nós, consegue verificar mas que, no nosso entender, é importante para percebermos a evolução que se está a verificar e temos que ter cuidado para que, no futuro, a Câmara tenha viabilidade necessária para garantir a todos os Municípios a qualidade de serviços que temos que prestar e que eles esperam de nós.

***08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

É verdade que isto é o exercício contabilístico e, olhos pouco habituados a discorrer estes números, terão mais dificuldade em apontar algumas questões.

Uma questão que me suscitou curiosidade é que a construção das Piscinas Municipais Cobertas em Soure, que tinha um financiamento definido de 52.700,00 euros, tem um cabimento de 52.699,33 euros e já foram pagos 40.279,00 euros para as mesmas. Que eu saiba, ainda não apreciamos a localização, já para não falar no Pavilhão Municipal, que está à espera que se construa nas Freguesias de Alfarelos/Figueiró do Campo/Granja do Ulmeiro, onde havia um valor definido de 500,00 euros e $1/3$, cerca de 35% desse valor, já foi gasto. Também ainda não sabemos muito bem em que sítio é que vai ser o pavilhão e, portanto, isto são questões que, para um leigo, saltam à vista e que provavelmente têm explicação mas que nós não entendemos.

O que importa, se calhar, é dar duas ou três notas que, no nosso entender, são importantes porquanto é isso que nos traz aqui, é verificarmos que depois desta análise, evidentemente com os condicionalismos que já referimos e com o tempo que tivemos para fazer a análise deste documento, à data de 31.12.2006 houve um aumento de dívida relativamente a 2005 e se compararmos com 2004, esse aumento foi de cerca de 28,5%, e estes são números que também constam dos documentos e isto leva-nos a uma situação que temos já aqui vindo a verter, que é a preocupação com o endividamento da Câmara, esperando, é claro, que este endividamento não venha a pôr em causa os pagamentos a fornecedores; já aqui falamos mais que uma vez, a necessidade de pôr esta questão em primeiro lugar, porque são eles que dão bom nome a esta casa.

É verdade que podíamos continuar a fazer algumas análises sobre o fornecimento de serviços e bens, onde houve também um aumento de cerca de 14%, e estamos a falar destes aumentos porque eles são muito acima da inflação verificada e esperada, o que quer dizer que alguma justificação poderá existir.

Em relação aos custos com pessoal, vossa excelência fez uma explicação exaustiva, o que nós agradecemos, sobre a decomposição desses custos, mas também aqui verificamos que os custos que estão imputados ao pessoal são muito mais elevados que os 1,5% de aumento que estão previstos para a Função Pública... pelas nossas contas, o aumento de custos de pessoal orçou cerca de 15% quando comparamos com 2004 e 8,75% em 2005 e, portanto, estas são as questões que entendemos que também merecem alguma atenção da nossa parte.

Verificamos que a evolução percentual das despesas é bastante superior à evolução das receitas e que existe, como disse há pouco na análise dos dois quadros, um aumento das despesas correntes, o que poderá levar a uma menor capacidade de

*08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007*

investimento por parte da Câmara Municipal, sobretudo no que diz respeito a grandes investimentos que são aqueles que também são necessários para o nosso Concelho.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “agradeço a forma correcta como foram colocadas as várias questões e procuraria, sobre as mesmas, prestar alguns esclarecimentos.

À primeira abordagem que fez, em que disse que ia fazer uma análise política, começou por dizer que o vosso grupo de trabalho não tem economistas, o contrário do meu grupo, em que eu próprio sou economista, a Senhora Vereadora eleita da CDU terá vindo como economista... ainda bem que falou nisso, apenas para clarificar o seguinte: na altura, nunca disse, como nunca disse muitas coisas que têm vindo nos jornais, e não perco tempo a desmentir, que o motivo pelo qual a Senhora Vereadora tinha sido convidada era por ser economista... o que eu disse, e mantenho, é que sempre fiz uma leitura objectiva daquilo que foi a vontade expressa nas urnas pelo eleitorado e o eleitorado, gostemos ou desgostemos do resultado, disse basicamente que gostava que eu continuasse Presidente da Câmara Municipal mas que desse maior atenção a forças que pensavam de forma não totalmente convergente com aquilo que era o meu pensamento e o meu programa proposto em eleições. Então, cabia-me a mim, respeitar a vontade dos resultados e foi o que fiz!!!!... entendi que a única forma de estabelecer uma plataforma política coerente com um programa comum, foi essa a minha estratégia política e o meu entendimento, foi convidar a Senhora Vereadora. Acresce a isso que, tendo ela formação na área de Economia, que isso poderia ser útil na absorção, também no plano quantitativo versus qualitativo de um conjunto de questões porque conheço, por experiência própria, o tipo de curso que ela tirou e a abrangência genérica que os programas que integram as diferentes disciplinas lhe dão, mas esse não foi o motivo determinante. O motivo fundamental foi claramente o resultado eleitoral verificado, o facto de ter a formação académica em Economia, considereei que era uma mais valia.

Quanto a economistas, tivemos um concurso para técnicos superiores, que teve o resultado que teve, a cujo processo, volto a reafirmar, sou completamente alheio... entendo que a equipa de técnicos superiores na área começa a poder-nos permitir intervir com conhecimento de causa, porque tive o cuidado de dizer, em 2005, que tínhamos que enfrentar novos desafios, novos problemas, encontrar novas soluções e os meios humanos, os meios técnicos de hoje, não podem ser os

***08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007***

mesmos com que trabalhei há 10/11 anos. Nós não podemos nem devemos parar no tempo, temos que acompanhar o evoluir dos tempos.

Politicamente, apenas dizer que a razão exclusiva pela qual a Senhora Vereadora integra, julgo que com satisfação interior, a equipa que lidero, prende-se com respeito absoluto pelos resultados autárquicos verificados nas últimas eleições e com o facto de entender que havia um conjunto de aspectos que me levaram a poder pensar que era perfeitamente possível criar uma equipa coesa, com confiança pessoal, com conjugação e articulação positiva de divergências que em democracia são saudáveis e até é bom que exista.

Portanto, a ideia não foi fazer dela economista da Câmara porque ela está aqui com legitimidade política - não para ser técnica - para utilizar o trabalho dos técnicos superiores que lhe devam preparar as suas opiniões e decisões políticas.”

O Senhor Vereador Prof. Fernando Martinho referiu que: “de facto, não é meu hábito, e penso que quem me conhece sabe como é que funciono, sustentar as minhas intervenções na mentira ou na blasfémia ou mesmo no boato. Cuido não fazer isso, ninguém é impoluto, eu também não sou, mas cuido não fazer isso e aquilo que disse, e repito, foi que tal aquisição também se devia à sua formação em Economia... isto era o que vinha nos jornais...”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “a questão de haver uma diminuição das receitas correntes e um aumento da despesa corrente... importa perceber o seguinte: nunca escondi que em 2005 houve um aumento da receita corrente de natureza extraordinária que tem a ver com o facto de ter havido um adiantamento correspondente a dois anos, na questão do Parque Eólico, em que os 250.000,00 euros deram entrada total nesse ano, da mesma forma, que em 2006 houve uma entrada excepcional de correcções de SISA. Em 2007, o que vai acontecer é que serão compensados os 250.000,00 euros e se nós entendermos não solicitar adiantamento nenhum, passaremos a ter \approx 11.000,00 euros/mês de receita. Portanto, as receitas correntes aparentemente baixaram por duas razões: porque 2006 não teve, ao contrário de 2005, nenhuma receita de natureza excepcional; por outro lado, nas despesas correntes importa referir que uma coisa é nós dizermos que as despesas com pessoal do quadro cresceram 112.000,00 euros e as despesas com pessoal com contrato a termo certo desceram 21.700,00 euros, isto é, o aumento das despesas da base subiu 91.000,00 euros. Esta foi a subida, agora, o que há são aumentos justificados. Por exemplo, Generalização do Inglês e Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, está claramente expresso mas é um

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

aumento que também tem do outro lado uma receita correspondente, isto é, não é uma despesa ordinária fixa da Câmara, que pode desaparecer se desaparecer o serviço e o co-financiamento. Por outro lado, só nesta simples questão, que foi passar os encargos patronais de 11 para 13%, estamos a falar de $\approx 25.000,00$ euros... actualização dos vencimentos - $61.319,00$ euros... Se fizerem a soma destas duas parcelas, temos $\approx 86.000,00$ euros; se fizermos a confrontação entre aumento das despesas com pessoal do quadro/diminuição das despesas com pessoal em outra situação, verifica-se que há um aumento de $\approx 90.000,00$ euros e esse aumento é apenas e só o aumento verificado nos encargos patronais e no resto. Agora dirão vocês, “*mas se isso dá 90.000,00 euros como é que cresceram $\approx 400.000,00$ euros?*”. É simples, em termos de recuperação da dívida à ADSE pagámos quase $100.000,00$ euros; em termos de indemnizações de final de mandato, os subsídios de reintegração, pagámos $\approx 97.000,00$ euros; em termos de subsídio de turno ao sector de pessoal de Higiene e Limpeza, pagámos $\approx 27.000,00$ euros; em termos de progressões normais de carreira automáticas, justificadas, $\approx 15.000,00$ euros e é aqui que está a explicação, por isso é que são aumentos justificados.

Agora, é evidente que uma coisa é dizermos assim: “*estamos a criar uma estrutura de custos que é claramente insuportável*”... não, reparem, saíram 6 pessoas, 2 rescindiram e nas admissões que houve, 6 eram pessoas que já estavam a contrato e apenas 2 são de fora, portanto, saíram 8 e entraram 2, esta é que é a realidade nua e crua!!!...

Não sei se têm consciência de que em termos de despesa corrente, está uma média de amortização extraordinária à EDP de cerca de $200.000,00$ euros/ano. Isto é absolutamente inatacável, com todo o respeito que tenho pelas análises que possam ser feitas.

Piscina Municipal Coberta de Soure... importa recuarmos no tempo... aprovámos um projecto e abrimos um concurso público e a obra começou. O que é que acontece? Tivemos a capacidade de, não obstante, após termos tido necessidade de pagar cerca de $100.000,00$ euros em trabalhos arqueológicos e de depois, com um novo Parecer, depois de tudo estudado, pudermos insistir na construção da piscina com uma ligeira alteração do projecto, entendeu-se, a meu ver bem, e foi entendimento unânime, de que se deveria deixar cair a possibilidade de se construir a piscina coberta, mesmo com uma pequena alteração de projecto, e de apontarmos tudo para a zona da nova Escola Secundária... havia um empreiteiro que tinha uma adjudicação e que, nos termos da lei, tinha direito a uma resolução convencional... a lei diz que quando há uma rescisão com o empreiteiro, ele tem sempre direito, pelo menos, desde que lhe paguem em 22 dias, a 10% da diferença entre o valor de adjudicação da obra e o valor já pago; ora, como estava tudo por fazer ele, no

**08.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007**

mínimo, tinha direito a receber, em 22 dias, 10% de tudo aquilo que estava adjudicado e faltava fazer... nós conseguimos acordar, porque qualquer Tribunal “dá” 20%, o mínimo que a lei lhe dava, a pagar em 22 dias, a pagar em 24 meses!!!... De maneira que o que aparece é o tal pagamento em 24 meses, dos 10% que, de outra forma, teriam que ser pagos em 22 dias, daí que tenha dito várias vezes que quando avançarmos para a Musealização, se houver programa de apoio, o IPPAR terá que nos apoiar. Importará recordar que este conjunto de investimentos não consequentes foi por culpa de um Parecer Favorável do IPPAR não condicionado, porque se o IPPAR tem dado um Parecer condicionado teríamos avaliado a situação, portanto, do que estamos a falar não é de Piscina Municipal nenhuma, foi de um excelente acordo com a empresa adjudicatária que aceitou receber, em 24 meses, o que por lei deveria receber em 22 dias.

O agravamento da dívida... nós nunca escondemos que neste último Quadro Comunitário de Apoio fizemos $\approx 12.000.000,00$ euros de investimento para justificar os $\approx 7.000.000,00$ euros que foram aprovados no III QCA e em Contratos Programa com a Administração Central... porém, isso implicou arranjar 5.000.000,00 euros com a capacidade de endividamento fechada!!!... ou seja, houve alguma despesa pública cuja regularização teve que derrapar... mas também foi essa coragem política que agora nos permitirá vir aqui dizer, a muito curto prazo, falta a homologação, que em *overbooking* tivemos mais três Candidaturas aprovadas com $\approx 600.000,00$ euros de cofinanciamento: as do Saneamento Básico que lançámos na Freguesia de Soure - Pouca Pena, Sobral e na Freguesia de Vinha da Rainha - Casal Bacos/Porto Godinho, aproveitando a ineficiência de outros Municípios que nem sequer foram buscar aquele apoio a que, em termos de quota, tinham direito. Foi um risco, apesar de tudo, calculado e que valeu a pena.

Na questão dos pagamentos a fornecedores importa dizer que os que tiveram capacidade de diálogo, foram encontrando sempre soluções bancárias e parabancárias que lhes permitiram ir ultrapassando a questão... quer queiramos, quer não, é verdade que são os fornecedores que podem dar ou não o bom nome a uma casa, mas também não é menos verdade que o período político atravessado ajudou a que, por vezes, nem sendo propriamente os fornecedores, houvesse interesse em que o nome desta casa não fosse bom!!!... mas o tempo é, acima de tudo, bom conselheiro e tudo clarifica e, neste momento, os chamados fornecedores isentos, objectivos de boa-fé dizem que a Câmara Municipal de Soure é daquelas com quem querem trabalhar. Nós nunca temos nenhum concurso vazio, nunca temos nenhuma consulta vazia!!!... essa é uma questão que, de uma vez por todas, devemos estar todos preocupados no bom nome mas não exagerar na

*08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007*

preocupação porque temos dificuldades de tesouraria, como têm todas as Câmaras, mas estamos muito longe da rotura, do desequilíbrio e, no nosso caso, o que não podemos nem devemos é, de dentro para fora, potenciar, até porque esse período eleitoral já lá vai, temos que ser rigorosos e objectivos.

Questão do trabalho extraordinário... apesar de tudo, temos tido alguma contenção, sem fechar a porta; estamos a melhorar algum nível de eficiência e de racionalidade, o que também é normal, porque quando se cria uma nova resposta, a intenção é responder a tudo. Portanto, a ideia não é deixar de responder, é responder mas... foi com esta resposta que foi possível diminuir o trabalho extraordinário de $\approx 270.000,00$ euros para $\approx 230.000,00$ euros, se calhar vai ser possível no próximo ano diminuir para $150.000,00$ euros, não porque estivéssemos a fazer coisas que não eram necessárias, mas porque estamos a encontrar outro tipo de respostas... Todas as despesas carecem de autorização superior e todas elas estão autorizadas por Vereadores em Regime de Permanência que, com todo o respeito que possam ter pelas Direcções de Departamento ou Chefias Intermédias, certamente que acreditam naquilo que estão a fazer e têm orientações para só no limite autorizarem e é isso que explica a evolução que está a acontecer este ano... há questões onde não podemos deixar de intervir mas, se calhar, também não podemos deixar que todas as iniciativas e mais algumas sejam acolhidas na Câmara...

Aumento da Dívida... há sempre aumento da dívida nos períodos em que terminam Quadros Comunitários de Apoio. Se formos ver a evolução da dívida nos anos todos, a maior evolução foi quando terminou o II QCA; 2005/2006 e mesmo 2007 é o terminus do III QCA... Volto a dizer que é preciso olhar para as despesas correntes e cruzá-las com um conjunto de investimentos que estão no Relatório, todos por administração directa e é preciso olhar para a receita corrente e percebermos que nós, praticamente, pouco ou nada temos tocado nas taxas, estamos com “consciência social a mais” e mesmo aquele aumento foi o tal da receita extraordinária, ora, vamos ter que mexer nas taxas. Este ano, com ou sem antecipação, já teremos receitas da Eólica, estão a acabar os 24 meses e, portanto, teremos os tais $11/12.000,00$ euros/mês.

Não há nenhum desequilíbrio estrutural na evolução receita corrente/despesa corrente porque o aumento da despesa corrente tem a ver com questões como a EDP, agora com a ADSE, e a baixa teve a ver com uma extraordinária e tem havido até um aumento sustentado sem estarmos a taxar mais os Municípios, pelo contrário, estamos a “taxar de menos” e foram despesas de natureza eventual e recuperações que estreitaram a relação.”

*08.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 26 de Abril de 2007*

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “este documento está muito bem elaborado. Digamos que levámos aqui uma aula-injecção de economia e sem dúvida que isto reflecte uma gestão cuidada e rigorosa. Se, por exemplo, formos ao Relatório de Gestão, não vou discriminar, apresenta fortes investimentos em todas as áreas e digo fortes com toda a convicção porque devemos ter consciência do contexto económico em que vivemos e, em particular, o estrangulamento cada vez maior das Autarquias e é nesse contexto que devemos analisar todo este documento e não podemos fugir a essa realidade. Por isso, tenho que saudar e felicitar o Senhor Presidente por toda a gestão cuidada e rigorosa, toda esta engenharia financeira que consegue fazer, não estou a dizer isto numa questão de ser agradável, é um facto!

Em suma, este é um documento de Prestação de Contas que apresenta uma cuidada gestão, nunca perdendo de vista o bem-estar colectivo da população do Concelho de Soure porque esse é o nosso grande objectivo.”

Deliberado, por maioria, com quatro (4) votos a favor dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PS e CDU e duas (2) abstenções, dos Senhores Vereadores Eleitos pelo PSD, aprovar os Documentos de Prestação de Contas/2006. _____